



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

DECRETO N.º 1.385/2017

**NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL ANTIDROGAS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

O Prefeito do Município de Santo Antônio do Amparo - MG, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal n.º 1.637/2011, e nos termos da Lei Orgânica Municipal

Decreta:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal Sobre Drogas (COMAD), órgão colegiado com função consultiva, fiscalizadora e deliberativa, que será gerenciado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e que deverá integrar-se ao esforço nacional de prevenção às drogas como forma de dedicar-se ao pleno desenvolvimento das ações referentes à redução da demanda de drogas a saber:

I - Representante da Secretaria Municipal da Assistência Social

Titular: Sâmia Alves Gomes Isidro

Suplente: Cleusimara Campos Cereda

II - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Edson José Teixeira de Carvalho

Suplente: Antônio Avelar Borges

III - Representante do Conselho Tutelar

Titular: Bernadete Camilo Ribeiro Gonçalves

Suplente: Andrea Emiliano

IV - Representante da Polícia Militar

Titular: Itamar Souza Borges

Suplente: Gustavo da Costa Dutra

V - Representante de Associação de Bairros

Titular: Patrícia Aparecida da Silva

Suplente: Paulo César Adão

Art. 2º. Ao COMAD caberá atuar como coordenador das atividades de todas as instituições e entidades municipais responsáveis pelo desenvolvimento das ações supramencionadas, assim como dos movimentos comunitários organizados e representações das instituições federais e estaduais existentes no município, dispostas a cooperar com o esforço municipal.

Art. 3º. São objetivos do COMAD:

I - formular e executar política municipal de prevenção sobre o uso indevido de drogas e recuperação de dependentes químicos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

- II - formular as políticas referentes aos problemas de uso e/ou abuso de substâncias psicoativas, incluindo as instâncias de prevenção primárias, secundárias e terciárias;
- III - instituir e desenvolver programa destinado ao desenvolvimento das ações de redução da demanda de drogas;
- IV - acompanhar o desenvolvimento das ações de fiscalização e repressão, executadas pelo Município, Estado e pela União;
- V - propor, ao Prefeito e a Câmara Municipal, as medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição desta Lei;
- VI - promover e apoiar medidas, planos, programas e projetos que possam contribuir para a solução dos problemas concernentes ao uso de entorpecentes e substâncias que determinam dependência física ou psíquica;
- VII - promover a atuação coordenada e a integração dos órgãos municipais, de entidades particulares e a participação das comunidades em atividades destinadas à prevenção, fiscalização e combate sobre o uso de entorpecentes e seus efeitos no indivíduo e na sociedade;
- VIII - promover ações educativas sobre o uso de drogas e seus efeitos no indivíduo, na família, na escola e na sociedade;
- IX - promover intercâmbio de informações e propostas de outros órgãos afins, em nível regional, estadual e federal;
- X - viabilizar a recuperação de dependentes de drogas através do encaminhamento dos pacientes para clínicas especializadas e/ou centros de recuperação habilitados;
- XI - apoiar e supervisionar a implantação e funcionamento de centros de recuperação;
- XII - estimular e implementar ações de prevenção contra a disseminação do tráfico e uso indevido de substâncias entorpecentes que determinem dependência física e psíquica;
- XIII - cadastrar, apoiar, orientar e auxiliar as entidades que no âmbito municipal desenvolvam atividades de prevenção ao uso de drogas;
- XIV - promover cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento de seus membros, sob a orientação de especialista na área;
- XV - propor a inclusão de matérias curriculares que estabeleçam orientações preventivas aos alunos da rede de ensino, sobre a natureza, causas e efeitos das substâncias entorpecentes ou análogas.

§ 1º O COMAD deverá avaliar, periodicamente, a conjuntura municipal, mantendo atualizado o Prefeito, quanto ao resultado de suas ações.

§ 2º Com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas o COMAD, por meio da remessa de relatórios frequentes, deverá manter a Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e o Conselho Estadual Antidrogas CONEN permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.

✓



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO AMPARO / MG
RUA JOSÉ COUTINHO - 39 CGC 18.244.335/0001-10

§ 3º Os Conselheiros terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a sua recondução, não sendo permitida a remuneração pelas funções.

Art. 4º. O COMAD providenciará as informações relativas à sua criação a SENAD e ao CONEN, visando sua integração aos Sistemas Nacional e Estadual Antidrogas.

Art. 5º. O COMAD, em sua primeira reunião, providenciará a elaboração do seu Regimento Interno, a ser submetido à apreciação e aprovação da autoridade competente.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Santo Antônio do Amparo, 22 de fevereiro de 2017.

Evandro Paiva Carrara
Prefeito Municipal